SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Jornal do Judiciário

www.sintrajud.org.br

FENAJUFE
CSP Conlutas
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

Sexta-feira, 30 de março de 2012 | *JJ 448* | *13.000 exemplares* | **Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de SP** | **Gestão: Unidade e Luta 2011/ 2014** | *Tel.: (11) 3222.5833*

Marcha leva insatisfação de servidores a Brasília e 'avisa' ao governo que pressão vai aumentar

Protesto pela data-base, reajuste linear e defesa da Previdência não impediu governo de aprovar projeto que ataca categoria, mas apontou que luta unificada deve continuar

Os trabalhadores públicos federais que participaram da primeira Marcha a Brasília da categoria no ano não retornaram a seus estados com boas notícias. Mas levaram a certeza de que se o funcionalismo não se unir e construir as condições para uma poderosa mobilização nacional, as notícias só vão piorar.

A manifestação começou pela manhã com a tradicional concentração em frente à Catedral, de onde os trabalhadores saíram em passeata pela Esplanada dos Ministérios. Parada, pouco depois, em frente ao prédio dos Recursos Humanos do Planejamento, onde uma comissão subiu para participar da mesa de negociação com o governo. Os trabalhadores ouviram do secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Barbosa, que a posição do governo é manter a política de reajuste linear zero.

Após a reunião, pausa para o almoço. O dia de protestos iria longe. Reencontro à tarde no auditório Petrônio Portela, no Senado, no ato com debate contra a aprovação do projeto que privatiza a Previdência e reduz os direitos previdenciários dos futuros servidores, o PLC 2/2012. Centenas de manifestantes lotaram o auditório e, depois, tentaram sem sucesso entrar nas galerias do plenário do Senado para acompanhar a sessão que analisaria o projeto. Foram impedidos por seguranças a mando do presidente da Casa, senador José Sarney (PMDB-AP), que comandou o 'rolo compressor', como definiu um senador da oposição favorável ao projeto, que aprovou a privatização e o ataque às aposentadorias, com a criação de três fundações de previdência complementar, uma para cada poder (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud). "Foi um dia estranho, todo esforço foi insuficiente, mas isso não tira a disposição de melhor organizar a luta da categoria para enfrentar [os projetos] do governo", resumiu, pouco após a votação, Adilson Rodrigues, da Justiça Federal em Santos e diretor do Sintrajud, entidade que participou com uma delegação de 22 servidores. A próxima manifestação unificada nacional do funcionalismo já está marcada para 25 de abril.

AGENDA DE MOBILIZAÇÃO:

11 de abril: votação do PL 6613/09 na Comissão de Finanças e Tributação.

14 de abril: Conselho de Base e Assembleia Estadual do Sintrajud, para eleger os delegados da categoria para o 1° Congresso da CSP-Conlutas e à Plenária Nacional da Fenajufe.

19 de abril: caravana a Brasília para o ato dos trabalhadores do Judiciário Federal em frente ao STF dando "adeus" ao ministro Cezar Peluso da presidência do órgão. O ato também irá cobrar do novo presidente, ministro Ayres Brito, uma postura efetiva em defesa da remuneração da categoria.



Joca Duarte

28.03.2012 – Mais de 4 mil servidores participam da marcha unificada em Brasília contra a política de ataque do governo Dilma Rousseff

Vem aí o 1° Congresso da CSP Conlutas. Veja encarte especial

Campanha de doação do Imposto Sindical

O Sintrajud está iniciando nesta semana uma campanha de arrecadação financeira, solicitando aos trabalhadores da Justiça Federal e do TRF-3 que doem ao sindicato os 60% do Imposto Sindical, que caberiam à entidade.

Esses recursos serão destinados à formação de um Fundo de Mobilização para garantir as futuras greves e mobilizações da categoria. Em hipótese alguma será utilizado na cobertura de despesas ordinárias do Sintrajud.

Para doar, preencha o formulário de renúncia ao lado. Você também pode preencher esse formulário no site do Sintrajud (www.sintrajud.org.br).

Muitos trabalhadores não tiveram os valores de 2010 e 2011 ressarcidos por falta de informações da administração da Justiça Federal. Para que o sindicato possa dar uma destinação a esses recursos, é preciso que o trabalhador escolha: doar ao Fundo de Mobilização ou requerer ressarcimento.

Infelizmente a administração da JF não tem repassado ao Sintrajud os dados dos trabalhadores para que o sindicato fizesse a devolução da parte que lhe cabe nesse imposto. Por isso, o Sintrajud solicita que os trabalhadores preencham todos os seus dados no site da entidade, no link para o Imposto Sindical.

Fundos de solidariedade

Na greve de 2010, por exemplo, o Fundo de Greve (criado com doações dos trabalhadores de todo o estado, de todos os segmentos do Judiciário) ajudou os servidores do Tribunal Regional Eleitoral quando eles sofreram o corte de ponto por terem aderido à mobilização.

Sabemos que os desafios da categoria são muitos. E sabemos que enfrentá-los não é uma tarefa fácil. A existência desse fundo irá contribuir com a luta contra o congelamento salarial. Por isso, o sindicato está solicitando que a categoria, em vez de receber de volta os 60% do Imposto Sindical, doe esse valor à entidade.

Os que não fizerem a contribuição voluntária, receberão os 60% do IS (parte que cabe ao Sintrajud) a partir dia 01/06.

Quando o IS começou a ser cobrado dos servidores públicos?

Em 2008, uma instrução normativa do então Ministro do Trabalho, Carlos Lupi (PDT), autorizou a cobrança do IS sobre os servidores públicos. Mesmo sem nenhuma representatividade na categoria, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB) reivindicou os 5% do imposto, que cabem às confederações.

No começo de 2010, o Conselho da Justiça Federal (CJF) definiu que a cobrança fosse feita em toda JF do país. TST e TSE não autorizaram o recolhimento.

O Sintrajud ingressou ações administrativas e judiciais para impedir que a categoria pagasse o IS, que, até o momento, não tiveram um desfecho favorável aos trabalhadores.

Enquanto não conseguimos reverter judicial e administrativamente esta famigerada cobrança, o Sintrajud devolverá à categoria os 60% que recebe.

Por que o Sintrajud é contra o Imposto Sindical?

O Sintrajud é contrário ao Imposto Sindical por entender que um sindicato deve manter-se unicamente com as contribuições voluntárias dos trabalhadores.

Os 17 anos de existência do Sintrajud foram marcados por muitas lutas e conquistas, sem depender de qualquer imposto cobrado compulsoriamente da categoria. Ao contrário, o Sintrajud sempre se manteve independente aos governos justamente por ter como única fonte de arrecadação a contribuição individual e espontânea dos trabalhadores.

Como é distribuído o Imposto Sindical?

60% - Sindicato
10% - Central sindical
5% - Confederações
15% - Federações
10% - Ministério do Trabalho

Imposto Sindical financia as centrais sindicais atreladas ao governo

No Brasil existem seis centrais sindicais legalizadas: CUT, Força Sindical, UGT, NCST, CTB, CGT e CGTB. Juntas, desde 2008, elas receberam R$ 246,2 milhões do governo devido à cobrança do IS.

Em 2010, de IS, essas centrais receberam 20,8% a mais do que em 2009, quando já tinham colocado em seus cofres 21,6% a mais do que em 2008, ano em que os repasses começaram.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), com dois mil sindicatos, e a Força Sindical, com 1,5 mil, são as maiores beneficiadas: embolsaram R$ 31,9 milhões e R$ 28,9 milhões, respectivamente, no ano passado.

Por não estar legalizada, a CSP-Conlutas não recebe o Imposto Sindical. Se recebesse devolveria os recursos aos trabalhadores.

No caso dos trabalhadores do Judiciário de São Paulo, o Ministério do Trabalho fica com os 40% restantes, pois, para uma entidade receber a sua parte do IS precisa ser reconhecida pelo MTE, não é o caso da CSPB (5%), Fenajufe (15%) e CSP-Conlutas (10%).

TERMO DE RENÚNCIA E DOAÇÃO

Nome completo:
CPF nº:
RF:
Lotação:

Por meio do presente, declaro para os devidos fins que renuncio à restituição de 60% dos valores descontados dos meus vencimentos a título de imposto sindical do ano de 2012, na exata proporção repassada ao sindicato e que realizo neste ato a doação deste mesmo valor para o fundo de mobilização constituído pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINTRAJUD, inscrito no CNPJ sob nº 01.202.841/0001-44, com sede na Rua Antonio de Godoy, nº 88 - 16º andar - Centro - São Paulo - CEP 01034-000.
Faço a presente doação, sem coação, a título gratuito e irrevogável, por livre e espontânea vontade.

___/___/2012

Assinatura:_____

Cervejinha com sangue

Certamente você conhece as cervejas Brahma, Skol, Budweiser. Todas elas pertencem à multinacional AmBev. O que você não deve saber é que no mês de fevereiro, um trabalhador de 25 anos sofreu um acidente fatal na segunda maior filial da cervejaria no Brasil, a unidade de Jacareí (SP).

O descaso da empresa com a saúde e segurança dos trabalhadores foi denunciado pelo vice-presidente da CIPA, Joaquim Aristeu Benedito; o Boca, como é conhecido. Denúncia que resultou em sua demissão por "justa causa", após 23 anos de trabalho e muitas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A Ambev considerou que a denúncia "maculava" a sua imagem e avaliou que isso era mais importante do que a sua responsabilidade com a segurança dos trabalhadores. A solução foi demitir o cipeiro que cumpriu seu dever frente às más condições de trabalho na fábrica.

Quem luta não pode ser punido ou criminalizado!

Como trabalhadores, devemos nos juntar à campanha pela reintegração de Joaquim Boca e repudiar a atitude da Ambev, exigindo que a cerveja degustada por nós não tenha gosto de sangue de trabalhador.



Endereço da Petição Pública exigindo a reintegração do companheiro Joaquim: http://migre.me/8tfjL

Endereços eletrônicos da direção e ouvidoria da unidade Jacareí: jcfmello@ambev.com.br , acmft@ambev.com.br , ouvidoria@ambev.com.br , corporategovernance@ab-inbev.com (diretoria da InBev)

Nota de falecimento



É com pesar que o Sintrajud comunica o falecimento de Carlos Alberto de Aquino. Ele trabalhava para o Sintrajud, no apoio às mobilizações e na distribuição dos informativos do sindicato. Ficava sempre no fórum Pedro Lessa, onde era reconhecido por diversos colegas da categoria.

A diretoria e os funcionários do Sintrajud lamentam a perda de um companheiro de trabalho e se solidarizam com seus familiares.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA 35ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores gerais, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (conforme parágrafo 1º do artigo 25), faz saber que fará realizar a **35ª REUNIÃO DO CONSELHO DE BASE DO SINTRAJUD, no dia 14 de abril do ano corrente, a partir das 9 horas, em primeira convocação – no auditório do SINTRAJUD, situado a Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP.**

PAUTA:

1. Seminário sobre organização de base;
2. Campanha Salarial;
• Calendário de mobilização;
3. Assembleia Geral Extraordinária;
4. E, outros assuntos de interesse da categoria.

Para que os eventos ocorram com empenho e organização, solicitamos aos interessados a confirmação de presença até o dia 12 de abril (quinta-feira), às 15h, no telefone: (11) 3222-5833, na secretaria e/ou por e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br desta forma, podemos garantir a infra-estrutura necessária do evento.

São Paulo, 28 de março de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Coordenador Geral

Inês Leal de Castro
Coordenadora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 14 de abril do ano corrente, a partir das 14h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número. A assembleia será realizada no auditório do Sintrajud (R: Antonio de Godoy, 88, 15ª andar).**

PAUTA:

1. Informes;
2. Campanha Salarial 2012;
• Calendário de mobilização;
3. Eleição dos Delegados para o I Congresso da CSP – Conlutas, de 27/04/2012 a 01/05/2012, em Sumaré;
4. Eleição dos Delegados para a 17ª Plenária Nacional da Fenajufe, de 04 a 06/05/2012, em São Luis;
5. E, outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 28 de março de 2012.

Adilson Rodrigues Santos
Coordenador Geral

Inês Leal de Castro
Coordenadora Geral

SINTRAJUD Jornal do Judiciário FENAJUFE CSP Conlutas
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Adão Sérgio de Souza, Adilson Rodrigues Santos, Angélica Olivieri, Antonio Carlos, Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Erlon Sampaio, Fausta Camilo de Fernandes, Filipe Joel Gomes Lira, José Carlos Sanches, José Dalmo, Henrique Costa, Inês de Castro, Ivo Oliveira Farias, Leica SIlva, Maurício Rezzani, Tarcisio Ferreira.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - E-mail: sintrajud@sintrajud.org.br
Subsede Baixada Santista: Rua Proost de Souza, 35 - Santos/SP - Cep: 11040-090 - Tel.: (13) 3238-3807 - E-mail: sintrajudsantos@uol.com.br
Subsede Barra Funda: Telefones: (11) 3392-3728 / 3525-9672 / E-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br

Jornalistas: Carlos Eduardo Batista e Juliana Silva | **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho | **Diagramação:** Diego Plenamente | **Tiragem:** 13.000 exemplares

Vem aí o 1° Congresso Nacional da CSP-Conlutas

A preparação do 1° Congresso Nacional da CSP-Conlutas está a todo vapor. Programado para acontecer entre 27 e 30 abril, o evento tem como tema central: Avançar na organização de base.

Os delegados que representarão os trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo serão eleitos na assembleia extraordinária do dia 14 de abril, sábado, que começa às 14h.

Para conhecer a origem da CSP-Conlutas é preciso voltar no tempo. Voltar até o ano de 2003, quando o ex-sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República.

Histórico:

A eleição de um ex-líder sindical, por um partido que foi construído nas greves operárias e nas mobilizações que acabaram com a Ditadura Militar (1964-1985), gerou "esperanças" na classe trabalhadora, mas com o passar do tempo, nada mudou, pois o Partido dos Trabalhadores mostrou-se um partido de continuidade das políticas tucanas, sem mudanças sociais e econômicas no país.

Logo após assumir, o governo Lula apresentou três propostas de reformas que ao invés de ampliar os direitos dos trabalhadores, os atacavam.

As primeiras propostas foram formuladas no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), órgão que reunia as maiores centrais sindicais do país (CUT e Força Sindical), representantes dos empresários e o governo federal, foram elas: as reformas sindical e trabalhista.

Se aprovada, a reforma sindical permitiria que os acordos celebrados entre empresas e sindicatos fossem superiores à legislação. Dessa forma, por exemplo, se uma empresa negociasse com um sindicato o fim das férias, ou o não pagamento do 13° salário, o acordo teria mais valor do que a legislação que garante esses direitos. Considerando principalmente que a maioria dos sindicatos são pelegos, a patronal ficava sem qualquer limite para retirada de direitos.

Já a reforma trabalhista previa a retirada da legislação uma série de direitos e garantias aos trabalhadores, como: direito à férias, décimo terceiro salário, entre outros.

Reforma da Previdência

A outra medida apresentada no primeiro ano do governo Lula foi a Reforma da Previdência. Ela atacou violentamente os interesses dos trabalhadores públicos. Os aposentados foram taxados, os aposentados por invalidez perderam a integralidade dos seus proventos, a idade para obtenção do direito à aposentadoria foi aumentada, entre outros ataques. Como continuidade dessa reforma está o PLC 02/2012, aprovada no último dia 28, no Senado.

O papel da CUT

Apesar de sua brutalidade, enfrentar uma reforma como essa não seria uma novidade aos trabalhadores públicos. Os oito anos sob o governo FHC foram marcados por lutas e resistências a ataques semelhantes. Uma das diferenças foi que com Lula no poder a Central Única dos Trabalhadores (CUT) não estava disposta a enfrentar o governo.

Ao contrário, naquele momento, a CUT ficou ao lado do governo Lula e contra os trabalhadores. Não só se negando a organizar a resistência, mas defendendo a Reforma Previdenciária. Na época, o Ministério da Previdência era ocupado por Ricardo Berzoini, ex-presidente do sindicato dos bancários de São Paulo, filiado à CUT, e foi o principal articulador desses ataques.

A maior central sindical do país selava seu atrelamento ao governo, atuando como uma correia de transmissão das vontades do governo Lula dentro do movimento sindical.

Assim, os sindicatos de luta que mantinham independência perante o governo Lula assumiram o desafio de construir uma alternativa para a classe trabalhadora brasileira.





Jesus Carlos

06.06.10 - Congresso Nacional da Conlutas realizado na cidade de Santos/SP

2004 - Encontro Nacional Sindical

A Conlutas foi constituída a partir do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004 em Luziânia, Goiás e reuniu mais de 1.800 dirigentes e ativistas sindicais e de movimentos sociais.

Esse encontro definiu um calendário de lutas contra a reforma sindical, cuja primeira grande atividade foi uma manifestação em Brasília, em 16 de junho de 2004, que reuniu cerca de 20 mil pessoas.

2006- CONAT

O Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) que se realizou entre o dia 5 e 7 de Maio de 2006 em Sumaré, SP e contou com a presença de centenas de entidades e delegações de todo o Brasil, reuniu quase 4000 delegados, representando milhões de trabalhadores. Neste evento foi aprovado a oficialização da Conlutas como uma nova entidade.

2008 – I Congresso Nacional da Conlutas

Entre os dias 3 a 6 de julho de 2008, em Betim, Minas Gerais aconteceu o I Congresso Nacional da Conlutas, que uniu os trabalhadores que lutavam contra o atual modelo econômico do governo Lula que foi a continuação de governos anteriores.

E numa experiência inédita no país, iniciou-se um processo de unificação das lutas dos trabalhadores, fossem eles da iniciativa privada, do serviço público, trabalhadores sem-teto, ou sem-terra, estudantes, entre outros. Assim, surgiu a Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas.

2010 - II Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat)

Diante da necessidade de ampliar a organização dos trabalhadores, em junho de 2010, o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) permitiu o surgimento de uma nova entidade, incorporando outros movimentos de trabalhadores, como o MTL (Movimento Terra e Liberdade), que organiza os trabalhadores rurais, e o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto). Além dos movimentos que lutam contra as formas de opressão como o machismo, a homofobia e o racismo: Movimento Mulheres em Luta e Movimento Quilombo Raça e Classe.

Experiência inovadora

Essa é uma experiência inovadora na organização dos trabalhadores no Brasil. Unir, numa mesma entidade nacional, os movimentos sindicais, populares, da juventude e de luta contra a opressão das mulheres, negros, homossexuais e outros segmentos.

A CSP-Conlutas pauta a sua atuação pela defesa das reivindicações imediatas e interesses históricos da classe trabalhadora, tendo como meta o fim de toda forma de exploração e opressão. Nossa luta tem a perspectiva de criar as condições para construir uma sociedade socialista, governada por aqueles que constroem a riqueza do mundo, os trabalhadores e trabalhadoras.

Por isso, a entidade defende a autonomia e independência frente ao Estado, governos e partidos políticos, a construção da unidade dos trabalhadores como valor estratégico, a ação direta e a mobilização coletiva de nossa classe como forma privilegiada de luta.

O internacionalismo ativo, a solidariedade internacional entre os trabalhadores e trabalhadoras é parte constitutiva do programa da entidade, um objetivo permanente a ser buscado pela Central.

Como funciona a CSP-Conlutas

O funcionamento da CSP-Conlutas busca construir processos que assegurem a democracia operária e um rico e saudável debate interno, respeitando a diversidade política existente em seu interior.

Os processos de decisões das políticas da entidade procuram basear-se na ampla participação das entidades e organizações a ela filiadas, que gozam de autonomia política, organizativa e financeira em relação à Central.

Nesse sentido, também numa experiência inovadora frente às outras centrais, a CSP-Conlutas possui uma estrutura de direção horizontalizada, com a participação de todas as entidades filiadas em sua Coordenação Nacional, que se reúne a cada dois meses.

Dessa forma, busca-se fugir dos modelos "cupulistas" de direção de outras centrais, fonte de acomodação e burocratização dos dirigentes.

Os cargos na Secretaria Executiva Nacional da entidade são revogáveis, nos termos do Estatuto, a qualquer tempo. Os representantes são indicados pelas entidades nas quais atuam, podendo ser substituídos por decisão soberana destas mesmas entidades.

A proporcionalidade direta e qualificada na escolha de todos dos membros de todas as instâncias está assegurada no Estatuto da CSP-Conlutas.

A CSP-Conlutas não tem um funcionamento acabado, perfeito. Ela segue buscando a unidade de todos os setores combativos dos movimentos sindicais, populares, de luta contra a opressão, da juventude classista de nosso país, numa mesma organização nacional.

Eleição de delegados

Pelos critérios definidos, o Sintrajud tem direito de enviar ao congresso 18 delegados e 9 observadores.

Na assembleia de eleição de delegados, é necessária a presença de cinco trabalhadores da base para cada delegado a ser eleito. Ou seja, para que a entidade possa enviar seus 18 delegados, é preciso que a assembleia conte com a presença de 90 trabalhadores.

A assembleia acontece no dia 14 de abril, na sede do Sintrajud, 14h. Participe!

Programação

Dia 27 de abril – sexta-feira

14:00 – abertura do credenciamento
17:00 – Ato solene de abertura do I Congresso da Central Sindical e Popular - Conlutas
19:00 – Plenária de votação do Regimento interno
20:00 – encerramento dos trabalhos e jantar

Dia 28 de abril – sábado

07:00 – reabertura do credenciamento
09:00 – Plenária de apresentação das Teses e contribuições
13:00 – intervalo para o almoço. Encerramento do credenciamento dos(as) delegados(as) titulares e abertura do credenciamento de suplentes
15:00 – Grupos de trabalho (Tema 1: Conjuntura Nacional e Internacional)
Encerramento do credenciamento de suplentes
17:30 – Painel sobre "Organização de Base nos locais de trabalho, de moradia e nas escolas"
20:00 – Encerramento dos trabalhos e jantar

Dia 29 de abril – domingo

09:00 – Grupos de trabalho (Tema 2: Balanço de atividades e Plano de ação)
11:30 – Plenária (Tema 1)
13:00 – almoço
15:00 – continuidade da Plenária (Tema 1)
16:30 – Plenária (Tema 2)
19:00 – Encerramento dos trabalhos e jantar

30 de abril – segunda-feira

10:00 – Grupos de trabalho (Tema 3: Organização de Base nos locais de trabalho, de moradia e nas escolas)
Encerramento do prazo para apresentação de moções
12:30 – almoço
14:30 – Plenária Estatutária e Direção
17:00 – Plenária (Tema 3)
19:00 – Outras resoluções e moções
20:00 – Encerramento e jantar

Dia 1.º de maio – terça-feira

08:00 – saída, após o café da manhã, para o Ato de 1.º de Maio
10:00 – Ato Nacional pelo Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras



Wladimir Aguiar

Em maio de 2006 foi realizado o Congresso Nacional dos Trabalhadores (Conclat) na cidade de Sumaré

Teses inscritas

Por uma central de trabalhadores classista – Tese assinada pela Minoria do Sindicato dos Municipários de POA e outras entidades.

Por uma entidade classista, democrática e construída pela base – Tese assinada pelo Sinpro Guarulhos.

Construir a unidade da classe trabalhadora da cidade e do campo para derrotar os ataques de patrões e governos – Tese assinada pela Federação Nacional dos Gráficos e outras entidades.

Pela consolidação da organização da Central Sindical e Popular-Conlutas nos estados e regiões – Contribuição assinada pelo ANDES-SN.

O ANDES-SN apresenta uma contribuição ao debate coletivo do Congresso da Central Sindical e Popular – Conlutas sobre alteração do nome da Central para Central Sindical e Popular – Contribuição assinada pelo ANDES-SN.

Unidade proletária e luta revolucionária – Tese assinada pela oposição na Afuse e minoria do Sind. dos Trab. Judiciários do ABC.

Fortalecer a CSP CONLUTAS: avançar na unidade da luta e na organização de base – Tese assinada pela Federação Sind. e Dem. dos Metalúrgicos de MG e outras entidades.

Para unir a classe trabalhadora, lutar contra o machismo e a exploração! – Tese assinada pelo Mov. Mulheres em Luta.

A importância da questão racial na organização de base – Contribuição assinada pelo Mov. Nac. Quilombo Raça e Classe.

Pela mudança da CSP-CONLUTAS. Retomar e fortalecer uma Central pela base e antigovernista – Tese assinada pelo Sindicato dos Bancários RN.

Na Grécia, estado espanhol, Egito e Brasil: Os trabalhadores não têm pátria, somos uma só classe em uma só luta! – Tese assinada por Minoria do SINTUSP. Publicação autorizada pela maioria da diretoria.

A íntegra das teses podem ser lidas no site da Central (www.cspconlutas.org.br), e acesse o link do congresso.

Sem conferir quórum e registrar votos, senadores aprovam privatização da Previdência

Sarney e seguranças impedem servidores nas galerias, mas senadores não escapam das vaias ao votar contra a aposentadoria e a favor do fundo privado complementar

Joca Duarte



28.03.2011 - Delegação de trabalhadores do Judiciário Federal participam da Marcha Nacional, em Brasília.

Por Hélcio Duarte Filho

Os senadores bem que fizeram de tudo para escapar do constrangimento de votar a privatização da Previdência dos trabalhadores do serviço público, transmitida ao vivo pela TV Senado, na noite de quarta-feira (28). Centenas de servidores foram impedidos por seguranças e por ordem do presidente da Casa, José Sarney (PMDB-AP), de entrar nas galerias do plenário do Senado, local próprio para o acesso ao público. Mas, mesmo assim, o relator do PLC 2/2012, senador José Pimentel (PT-CE), não escapou de ser vaiado e teve que interromper seu discurso por alguns longos segundos, logo após a votação, devido ao coro de um pequeno grupo de servidores, que chegou antes ao local, que cantava refrão de uma música popularizada na voz da cantora Beth Carvalho: "Você pagou, com traição, a quem sempre lhe deu a mão", num recado direto aos parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Com as galerias vazias, senadores aliados do governo Dilma e da oposição se revezaram em discursos que quase sempre enalteciam o projeto. Muitos chegaram a dizer que os servidores seriam os principais beneficiados com a sua aprovação. Algumas das poucas exceções nesse aspecto foram os senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Roberto Requião (PMDB-PR), dois dos únicos discursos duros contra o que chamaram de "entrega da previdência dos servidores ao mercado financeiro e aos bancos".

Votação apressada

O acordo selado na véspera entre partidos do governo e siglas de oposição burguesa permitiu ainda livrar os senadores de registrar os seus votos – já que não houve votação nominal. Sarney, que conduzia a mesa, manobrou e não atendeu ao pedido do senador do PSOL para que houvesse conferência de quórum alegando que ele não se encontrava mais no Plenário. Com isso, os senadores do PT, PMDB, DEM, PSDB, PSB, PTB, PDT e PCdoB, entre outros partidos, votaram juntos o projeto que privatiza a Previdência e consolida o fim da aposentadoria integral para futuros trabalhadores, a partir da criação do Funpresp (Fundação de Previdência Complementar dos Servidores Públicos Federais), que também permite a adesão de trabalhadores atuais. Não é possível saber quantos senadores se encontravam no plenário naquele momento ou se havia quórum.

O novo regime previdenciário será obrigatório para os futuros servidores públicos, cuja aposentadoria será limitada ao teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), hoje de R$ 3,9 mil. O projeto que fixa o limite máximo do valor da aposentadoria, também autoriza a criação de três fundações de previdência complementar, um para cada poder (Funpresp-Exe, Funpresp-Leg e Funpresp-Jud).

Pouco antes da sessão, que começou por volta das 16h30 e terminou menos de duas horas depois, os servidores realizaram um ato político com debate sobre a Previdência, que lotou o auditório Petrônio Portela, no Senado. Os trabalhadores participavam da Marcha dos Servidores a Brasília, protesto que integra a campanha salarial nacional da categoria.

Deixaram o Congresso revoltados, mas dispostos a seguir lutando. "A gente está levando um golpe do governo que pretende distribuir nossa aposentadoria para o grande capital privado", criticou, pouco depois da votação, a servidora Fausta de Fernandes, dirigente do Sintrajud. Ela participou das manifestações, mas também não conseguiu entrar nas galerias do Senado. "A gente não morre aqui. A gente tem uma luta de esclarecimento da nossa categoria para ela não aderir a esse fundo, que vai nos dar insegurança e nem pode ser chamado de previdência. E temos que lutar para reestatizar, não podemos entregar as armas, não podemos desistir da luta", disse, pouco antes de viajar de volta para São Paulo. Como seus pares, cansada, mas de cabeça erguida.

Divulgação



28.03.2012- Senadores aprovam a Privatização da Previdência dos servidores





28.03.2012 – Servidores realizam marcha em Brasília pela campanha salarial unificada e contra a política de ataque do governo Dilma Rousseff

PCS poderá ser votado pela Comissão de Finanças e Tributação em 11 de abril

É importante que todos trabalhadores pressionem os deputados para a aprovação do PL6613/09. Esses mesmos parlamentares enrolaram a categoria durante todo o ano de 2011

Por Caê Batista

O PL 6613/09, que trata do PCS, poderá entrar na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT) do dia 11 de abril, devido a um suposto acordo, confirmado pelo deputado federal Roberto Policarpo, entre a base governista e a oposição.

Não deixa de ser uma importante movimentação, e os trabalhadores do Judiciário Federal de todo o país devem comparecer em peso nesta sessão para exigir a aprovação do PL. Da mesma forma evitar as manobras destes mesmos deputados. No ano passado, eles se comprometeram em votar o PCS por diversas vezes, mas abandonavam o plenário, comprometendo o quórum necessário à votação.

Bem diferente do andamento em torno das negociações que Policarpo tenta passar, o PCS não será aprovado por acordo. Mesmo que passe na CFT a categoria vai precisar enfrentar a intransigência do governo Dilma que insiste em manter o congelamento salarial. Por isso, é preciso preparar um forte processo de mobilização.

Após mobilização da categoria, Nazar sinaliza com a possibilidade de rever compensação por hora

Embora a sinalização seja importante, a categoria precisa manter a mobilização para que as negociações em torno da compensação se efetivem.

Por Caê Batista e Juliana Silva

Após várias reuniões e assembleias da categoria, o desembargador Nelson Nazar, tirou o recurso do Sintrajud da pauta do órgão especial do TRT-2. Esta iniciativa pode ser um primeiro passo para que efetivas negociações sobre a compensação da greve avancem.

O tema seria apreciado pelo órgão – composto por 25 desembargadores do TRT-2 - na segunda-feira (26). Porém, conforme havia se comprometido com os diretores sindicais, Nazar o retirou de pauta. Para o Sintrajud uma das motivações para tal decisão, além das mobilizações da categoria, é a coleta de assinaturas dos diretores de secretaria em defesa da compensação por serviço represado.

"A decisão (sobre a compensação) volta às mãos da presidência do TRT, que havia sinalizado com a possibilidade de voltar atrás de sua posição inicial. Agora esperamos que a negociação sobre a forma da compensação aconteça", avalia o diretor do Sintrajud Tarcísio Ferreira.

Coleta de assinaturas

A partir dos argumentos apresentados na audiência, o sindicato espera que o desembargador Nazar abra efetivamente a negociação em torno do tema.

Argumentos que ganharam força com a coleta de assinaturas dos diretores de secretarias, em favor desta forma de compensação. Além disso, o fato da corregedoria ter elogiado o bom nível de atualização dos trabalhos dentro das secretarias contou para a mudança de postura da presidência do tribunal.

Elogio que também foi repercutido pelo site do TRT-2. Em nota publicada dia 23 de março, a administração do tribunal destaca que com "um quadro reduzido" os resultados obtidos por servidores e magistrados no cumprimento de metas são dignos de nota. Resultados que estão acima da média nacional.

Participação dos diretores de secretaria

"A coleta de assinaturas dos diretores de secretaria também comprovou que os argumentos não eram somente dos diretores do sindicato e dos trabalhadores que fizeram a greve, mas de toda categoria, inclusive de boa parte dos diretores de secretaria", afirma Inês Leal de Castro, diretora do sindicato.

Joca Duarte



19.03.2012 – Audiência com o presidente do TRT-2, Nelson Nazar

Para Leica Silva, também dirigente da entidade, a participação dos diretores de secretaria na coleta de assinaturas representa também o grau de confiança que os diretores têm nos trabalhadores. "Por conhecer o trabalho que executa, o servidor é quem sabe a melhor maneira de colocar o serviço em dia", disse.

Queremos negociações efetivas

Desde o fim da paralisação, no final do ano passado, não houve uma negociação de fato, em que os trabalhadores tivessem suas reivindicações (ao menos parte delas) atendidas.

A forma de compensação da greve foi imposta pela presidência do TRT-2, sem que os vários argumentos favoráveis à compensação por serviço represado fossem considerados. Era a posição do presidente Nazar transformada em uma portaria.

Por isso, essa sinalização é importante. Contudo ela só se concretizará com a abertura de uma efetiva negociação. Algo que o Sintrajud já está buscando junto à presidência do TRT-2.

Vale destacar que os trabalhadores não se furtam da responsabilidade de colocar o serviço represado em ordem, até porque já estão fazendo isso, mas também não querem ser penalizados por terem exercido um direito legítimo, o de greve.

A administração do TRF-3 retira benefício da assistência médica

Os trabalhadores do TRF-3 receberam no último dia 29, o comunicado da Divisão de Assistência Médico Odontológico, sobre o encerramento do programa de medicamentos para o tratamento de doenças crônicas.

A decisão, conforme o comunicado da DAME foi por ordem da direção do TRF-3, devido problemas orçamentários, utilizando do mesmo argumento que incidiu no Pró-Social.

A atual administração parece repetir o mesmo modelo da gestão anterior, quando deveria buscar recursos para assistência médica, ele retira benefícios.

Sintrajud cobra do TRE-SP esclarecimentos sobre acidente, condições dignas e seguras de trabalho

Além das medidas emergenciais, sindicato quer saber quais serão as ações para prevenir situações que coloquem a vida dos trabalhadores em risco

No dia 05 de março, uma tragédia poderia ter acontecido no maior Tribunal Regional Eleitoral do país. Na sede do TRE-SP, na Rua Francisca Miquelina, o rompimento da tubulação hidráulica no segundo andar fez com que as placas de gesso do teto do térreo desabassem, no meio do expediente. Pouco antes do acidente, havia 12 pessoas na sala. Ao perceberem o vazamento, elas saíram do local, evitando que algo mais grave acontecesse.

Logo após o acidente, dirigentes sindicais estiveram no local para tomar conhecimento do que ocorreu. Por meio de um requerimento administrativo, o Sintrajud cobrou esclarecimentos da presidência do TRE-SP. A entidade quer saber quais medidas foram adotadas para sanar o problema e quais medidas preventivas serão utilizadas para evitar acidentes semelhantes.

O presidente do TRE-SP, desembargador Alceu Navarro, até o fechamento deste jornal, ainda não havia dado explicações sobre o acidente. O sindicato seguirá cobrando da administração condições dignas e seguras de trabalho no local e em todo o prédio.

Reformas no prédio

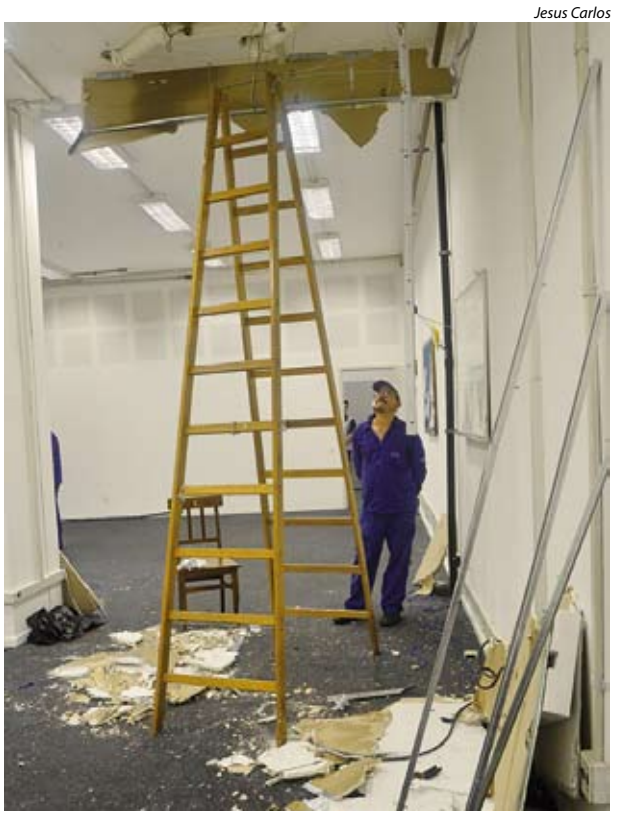
Após passar por uma reforma, o setor de Protocolo foi entregue no final do ano passado. O andar de cima estava em reforma e seria entregue no dia 05 de março, mas devido ao rompimento do encanamento a entrega foi adiada.

Por isso, no mesmo requerimento, o Sintrajud cobra do TRE documentos que comprovem a regularidade das obras executadas nos dois andares: Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) com a nova configuração das instalações; alvará da prefeitura de São Paulo no que toca as reformas; Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de ambas as reformas e eventuais vistorias que tenham ocorrido no local.

A empresa responsável pela obra também deve ser investigada. Temos presenciado vários acidentes pelo país, como no Rio de Janeiro, por imprudência de construtora e negligência da administração pública.

Os trabalhadores reivindicam a instalação de registros de água a cada dois andares. O que evitaria que uma obra em um andar interrompesse o fluxo de água em todo o prédio, como aconteceu com o desabamento do teto do protocolo. Hoje, apenas um registro comporta todo o encanamento dos 15 andares do prédio, assim, para sanar o vazamento, inclusive pelo saguão, o registro geral foi fechado e todos os setores ficaram sem água.

Jesus Carlos



05.03.2012 – Desabamento de parte do teto do protocolo geral do TRE